



Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do CCP]

1. António da Silva Roxo Teixeira, portador do Cartão de Cidadão nº 10410963 7 ZZ3, válido até 09/05/2018, residente na Urbanização Quinta da Cerca, Lote 69, 3230-057 Espinhal – Penela, na qualidade de representante legal da firma “Penelaterplanagens – Desaterros e Terraplanagens, Lda.”, pessoa colectiva nº 503 954 233, com sede em Pombais, Infesto, 3230-344 Penela, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Directo com a referência n.º 13/2017 para a **Empreitada de “Arranjos e Passeios na Sede Freguesia Meirinhas (Beneficiação da Rua Prof. Mota Pinto)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Presente declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo do Anexo I do CCP;
 - b) Proposta de Preço;
 - c) Nota justificativa do preço proposto;
 - d) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projecto de execução;

Morada
Contribuinte nº
Tel. nº
Fax nº
E-mail

Pombais, Infesto, 3230-344 Penela
503 954 233
351-239569579
351-239561129
penelaterplanagens@gmail.com



- e) Programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamento;
 - f) Plano de pagamentos e cronograma financeiro;
 - g) Declaração de Classes;
 - h) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Tenham sido objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;



- g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código de Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode

Morada
Contribuinte n.º
Tel. n.º
Fax n.º
E-mail

Pombais, Infesto, 3230-344 Penela
503 954 233
351-239569579
351-239561129
penelaterraplanagens@gmail.com



determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Penela, 27 de Fevereiro de 2017.

A Gerência


(António da Silva Roxo Teixeira)

Morada
Contribuinte nº
Tel. nº
Fax nº
E-mail

Pombais, Infesto, 3230-344 Penela
503 954 233
351-239569579
351-239561129
penelaterraplanagens@gmail.com